



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570563 - PE (2020/0079664-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : WALTER HENRIQUE DE LIMA TORRES
ADVOGADO : WALTER HENRIQUE DE LIMA TORRES - PE052243
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : RANIERI AQUINO DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de RANIERI AQUINO DE FREITAS, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o paciente teve negado pelo Juízo da Execução Penal pedido de concessão de prisão domiciliar.

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de origem, que, por decisão monocrática do Relator, não conheceu do writ, ao argumento de impropriedade da via eleita, uma vez que o recurso cabível seria o agravo em execução.

Nas razões do writ, o impetrante alega, em síntese, que o paciente faz jus à prisão domiciliar, com amparo no que prevê a Recomendação n. 62 do CNJ, de 17/03/2020, em razão da superlotação carcerária e do risco a sua saúde, decorrente da pandemia do COVID-19, e por se tratar de pessoa com histórico de infarto do miocárdio (portador de cardiopatia grave), sendo submetido, por mais de uma vez, a procedimento cirúrgico e que necessita de cuidados médicos especiais.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para "conceder o cumprimento da pena em regime domiciliar, em cumprimento imediato ao art. 5º, I da recomendação n. 62 do CNJ, bem como o art. 117, inciso II, da LEP" (e-STJ, fl. 9).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, ressalte-se que o impetrante não acostou aos autos peça indispensável à análise do seu pleito, qual seja, cópia da decisão de 1º grau que teria indeferido o pedido de prisão domiciliar.

Noutro giro, em consulta na base de dados processuais desta Corte, constata-se que o impetrante já havia formulado pedido de prisão domiciliar, com amparo no art. 117, II, da LEP, nos autos do RHC 120779/PE, insurgindo-se contra o mesmo acórdão. Naquela oportunidade, a ordem foi concedida de ofício, para determinar que o Tribunal a quo verifique a existência de eventual coação ilegal imposta ao recorrente (ora paciente), tendo transitado em julgado aos 11/12/2019.

Desse modo, tratando-se de mera reiteração de outro feito já deduzido nesta Corte, é o caso de não conhecimento do writ.

Nesse sentido, mutatis mutandis:

"[...]

1. Tendo sido a questão relacionada à *abolitio criminis* previamente decidida por esta Corte no julgamento de *habeas corpus* impetrado pelos ora recorrentes, verifica-se a inadmissível reiteração de pedidos, com a consequente perda de objeto do recurso especial nesse ponto.

2. Não é admissível a inovação de tese por ocasião da interposição do agravo regimental, em razão da preclusão consumativa.

3. Agravo regimental não conhecido."

(AgRg no REsp 1633461/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017).

"[...]

1. Não se conhece do recurso ordinário em *habeas corpus* quando a questão nele levantada já foi analisada em outro *mandamus*, por caracterizar reiteração de pedido.

2. No caso, deixou-se de analisar o recurso ordinário em *habeas corpus*, por se tratar de mera reiteração de pedido formulado no RHC n. 58.051/MT.

3. Agravo regimental não conhecido."

(AgRg no RHC 60.885/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 15/12/2015).

Por outro lado, verifica-se que a questão relacionada à possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar, diante da pandemia pelo novo coronavírus, não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, não tendo sido sequer suscitada pela defesa, já que a decisão impugnada data de agosto de 2019, o que impede seu conhecimento por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Sobre o tema:

"A questão relativa à alegada demora injustificada na instrução processual não foi objeto de exame pela Corte de origem, no acórdão recorrido, o que obsta a sua análise no presente recurso, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância." (RHC 107.631/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019).

"Em relação à prisão preventiva e ao excesso de prazo, verifica-se que as irresignações da defesa não foram objetos de cognição pela Corte de origem, o que torna inviável a sua análise nesta sede, sob pena de incidir em indevida supressão de instância, conforme reiterada jurisprudência desta Corte." (RHC 111.394/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019).

"A alegação de nulidade das provas obtidas por devassa ilegal de celulares apreendidos não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, o que impede o enfrentamento do tema por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância." (HC 521.341/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 1º/10/2019, DJe 11/10/2019).

"A tese concernente à inépcia da denúncia não foi analisada pelas instâncias de origem, circunstância que impede o seu exame direto por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes." (RHC 116.137/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 8/10/2019, DJe 14/10/2019).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator